

Administração Contábil no Terceiro Setor

Natália da Silva Viana
nataliaviana.s@gmail.com
UGB

Paloma de Lavor Lopes
palomalavor@gmail.com
USP/UGB

Resumo:No presente trabalho são abordados aspectos gerais sobre o terceiro setor no Brasil, contendo informações sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade direcionadas para ele, onde o objetivo geral é saber se a falta do conhecimento necessário na administração contábil no terceiro setor pode inviabilizar os serviços prestados pelas entidades. Os objetivos específicos são: identificar o que vem ser o terceiro setor no Brasil; identificar as normas e práticas contábeis utilizadas no Brasil; e identificar as conseqüências de uma má administração contábil. Como metodologia foi aplicada uma pesquisa bibliográfica e de análise textual de caráter qualitativo, além de dois estudos de caso, um Centro Cultural Fundação Companhia Siderúrgica Nacional e outro no Instituto EDUCA Mata Atlântica com a finalidade de comparar uma entidade com administração contábil privada, com uma terceirizada. Conforme observado, uma utiliza a contabilidade para fins gerenciais e a outra para fins fiscais inviabilizando projetos onde a contabilidade é apenas fiscal.

Palavras Chave: Terceiro Setor - Contabilidade - Transparência - Normas Contábeis - Práticas Contábeis

1. INTRODUÇÃO

O terceiro setor recebe esse nome por definir organizações prestadoras de serviços à população em entidade sem finalidade lucrativa, ou seja, entidades que não visam o lucro como fator principal da organização, e sim a distribuição de seus recursos à população, em quaisquer benefícios, mostrando assim a sua diferença entre o Estado e as empresas com finalidade lucrativa, e as mesmas são privadas e tem administração própria.

As organizações do terceiro setor vêm se mostrando uma boa alternativa para a solução dos problemas de desigualdade social e de má distribuição de renda, enfrentados por grande parte da população brasileira. No Brasil, a partir de pesquisa literária, o terceiro setor, é uma satisfatória realidade que vem crescendo a cada dia, ocupando as lacunas deixadas pelos serviços mal prestados pelo Estado à população. Por isso, é um setor tão importante para a população, e que deve ser observado em toda sua amplitude.

As demonstrações contábeis e financeiras das entidades do terceiro setor são de suma importância para as mesmas, pois através delas se permite um melhor gerenciamento, tranqüilidade fiscal, clareza aos contribuintes e a população dos acontecimentos das entidades.

Ainda não é tão comum às entidades do terceiro setor, utilizar as práticas e normas contábeis, pois é um tema que gera muitas dúvidas aos contadores. Em alguns casos a falta de conhecimentos técnicos e conceituais em administração e finanças, acarreta deficiências estruturais de planejamento. Isso vem a acontecer, porque seus administradores são, normalmente, pessoas especializadas em atividades-fim, ou seja, a finalidade principal do negócio, ligadas ao desenvolvimento social e ao campo de atuação das organizações, enquanto que os recursos e a gestão de projetos representam atividades-meio, que podem ser entendidos como serviço terceirizado, para que se possa atingir o objetivo final.

Em alguns casos, isso se justifica pela falta de recursos financeiros das organizações para contratar um profissional em administração. Torna-se necessário transmitir clareza e segurança aos doadores financeiros e a população, pois essa falta de conhecimento pode causar problemas fiscais, paralisação de obras, afastamento de doadores e falha nos objetivos traçados pela entidade inviabilizando a continuidade dos projetos das entidades.

Diante do exposto a falta de conhecimento na administração contábil, nas organizações do terceiro setor pode inviabilizar serviços prestados?

O objetivo geral é saber se a falta do conhecimento necessário na administração contábil no terceiro setor pode inviabilizar os serviços prestados pelas entidades. Os objetivos específicos são: identificar o que vem ser o terceiro setor no Brasil; identificar as normas e práticas contábeis utilizadas no Brasil; e identificar as consequências de uma má administração contábil.

Além das dificuldades financeiras, grande parte dessas entidades enfrenta dificuldades administrativas e contábeis, pois, por muitas vezes se preocupam em apenas cumprir as exigências das leis e dos financiadores na aplicação exata e prestação de contas dos recursos recebidos, não se preocupando em criar um sistema de informações gerenciais para poder aperfeiçoar a utilização desses recursos e na tomada de decisões. Assim, podem acontecer equívocos administrativos e financeiros, e até gastos desnecessários que poderiam ser evitados, evitando desperdício de recursos financeiros.

1.1. METODOLOGIA

Esse trabalho foi de pesquisa bibliográfica e de análise textual de caráter qualitativo. Para tal pesquisa bibliográfica foram utilizados livros, artigos e sites pertinentes ao terceiro setor.

Foram realizados dois estudos de caso, um no Centro Cultural Fundação Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), situada no Bairro: Vila Santa Cecília nº 21, Volta Redonda – RJ; e outro no Instituto EDUCA Mata Atlântica situada na Rua 21 nº 1101, bairro: Vila Cecília, Volta Redonda – RJ. Utilizou-se o mesmo questionário, de perguntas fechadas, com a finalidade de comparar uma entidade com administração contábil privada com uma terceirizada.

2. O TERCEIRO SETOR NO BRASIL

De acordo com publicação no site do SEBRAE¹ cuja autora ROTHGIESSER (2012) cita que a história do terceiro setor no Brasil se divide em 6 fases:

1ª fase - Império até a Iª República: Data de 1543, a primeira entidade do país criada para atender desamparados, a Irmandade da Misericórdia, instalada na Capitania de São Vicente. O Brasil era constitucionalmente vinculado à Igreja Católica e a utilização dos recursos, principalmente o privado, passava por seu crivo. (...) Com esmolas se constituíam pequenos dotes para órfãos e se compravam caixões para os pobres. (...) 2ª fase - Revolução de 1930 até 1960: O país entrou na urbanização e na industrialização que passaram a moldar a nova atuação da elite econômica. (...) Em 1938, formalizou-se a relação do Estado com a assistência social com a criação do Conselho Nacional do Serviço Social. (...) Os termos filantropia e mecenato cunham-se nesta fase, marcadamente. (...)

Historicamente é possível perceber que o terceiro setor existe no Brasil basicamente desde sua descoberta sem ter um nome propriamente determinado, podemos ver que o Brasil viveu um longo período regido pelas ações sociais da Igreja.

Ainda segundo publicação no site do SEBRAE citado pela autora ROTHGIESSER (2012):

3ª fase - A partir de 1960 até a década de 70: o fortalecimento da sociedade civil se deu, paradoxalmente, no bojo à resistência à ditadura militar. (...) o encontro da solidariedade com a cidadania, representadas em ações de organizações não-governamentais (ONGs) de caráter leigo, engajadas em uma dupla proposta: combater a pobreza e combater o governo militar ditatorial. (...) 4ª fase - a partir dos anos 70: Multiplicam-se as ONGs com o fortalecimento da sociedade civil - embrião do Terceiro Setor - em oposição ao Estado autoritário. (...) 5ª fase - os anos 90: Surge um novo padrão de relacionamento entre os três setores da sociedade. O Estado começa a reconhecer que as ONGs acumularam um capital de recursos, experiências e conhecimentos, sob formas inovadoras de enfrentamento das questões sociais, (...) O mercado, antes distanciado, passa a ver nas organizações sem fins lucrativos, canais para concretizar o investimento do setor privado empresarial nas áreas

¹ http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/associacoes/terceiro_setor.htm, acesso 19/03/12 hs: 18:30

social, ambiental e cultural. (...) Marcam-se, portanto, nesse período, as palavras parceria, cidadania corporativa, responsabilidade social, investimento social privado. (...) Cria-se, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Programa Comunidade Solidária (...) em 1998, é regulamentada a Lei do Voluntariado. (...) 6ª fase - século XXI: A ONU-Organização das Nações Unidas decreta 2001 como o "Ano Internacional do Voluntário". Acontecem, no Brasil, o Iº e IIº Fórum Social Mundial, implementadores de idéias alternativas de ação econômica e social. Promove-se o desenvolvimento social a partir do incentivo a projetos auto-sustentáveis - em oposição às tradicionais práticas de caráter assistencialista geradoras de dependência - e em propostas de superação de padrões injustos de desigualdade social e econômica.

Podemos ver que o terceiro setor sempre esteve presente na sociedade e que nas últimas décadas que ele teve seu valor reconhecido perante o Estado e perante as empresas, e vem se desenvolvendo cada vez mais. Esse crescimento também é visto em todo o mundo, a partir de pesquisa literária, na década de 1960 e 1970 surgiram grande nomes de entidades internacionais como Greenpeace, *Friends of the Earth*, *Save the Children* e *Médecins sans Frontières*.

Na sociedade brasileira, encontram-se empresas e entidades classificadas como: primeiro, segundo e terceiro setores. Define-se primeiro setor o Estado, que tem a finalidade de promover o atendimento às demandas públicas, como saneamento básico, saúde, educação e segurança. Onde são mantidas através da arrecadação tributária que, em tese, visam como resultado o bem-estar de toda a sociedade.

No segundo setor temos as entidades privadas, que tem por finalidade a obtenção de lucro sobre o capital investido, e distribuição do mesmo entre os sócios, através da venda de bens, e prestação de serviços.

O terceiro setor surge com forte presença na atualidade para cobrir a falha na competência dos serviços prestados pelo Governo a sociedade, as pessoas que nelas trabalham, está lá para atender um grupo de pessoas que necessitam dessas iniciativas para viver melhor dentro da sociedade. SCHERER-WARREN citado por JEREMIAS e BEUREN (2011, p.1) afirma que: “pensadores sociais clássicos têm destacado a relevância das ações coletivas da sociedade civil para a realização da utopia de um mundo socialmente mais justo, mais solidário e mais democrático.”

O IBGE citado por ASSIS; MELLO e SLOMSKI (2006) defende que:

No caso brasileiro, a participação da sociedade civil organizada ganha maior evidência a partir de meados da década de 1980, quando se inicia o processo de redemocratização do País depois de mais de 20 anos de ditadura militar (...) O marco desta transição é a Constituição Federal promulgada em 1988. Ainda, segundo o IBGE: [...] especialmente ao longo dos anos de 1990, crescem no País diversos tipos de arranjos entre Estado e organizações da sociedade na implementação e na co-gestão de políticas públicas. (p.2)

E, conforme avalia FALCONER citado por ASSIS; MELLO e SLOMSKI (2006, p.3): “[...] nos anos noventa, a idéia de terceiro setor aportou com força no Brasil, como na América Latina e em grande parte do mundo em desenvolvimento.”

As entidades do terceiro setor existem com o propósito de trazer mudanças na vida de

cada pessoa, atingindo a sociedade em geral, através de doações e subvenções, sem o objetivo de reter as mesmas para seus membros ou mantenedores.

DRUCKER citado por OLAK e NASCIMENTO (2010, p.1): “Todas as instituições ‘sem fins lucrativos’ têm algo em comum: são agentes de mudança humana. Seu ‘produto’ é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em um adulto com respeito próprio; isto é, toda uma vida transformada.”

E para auxiliar essas entidades existem Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) direcionadas ao terceiro setor. Essas normas e práticas contábeis aplicadas às entidades do terceiro setor estão dispostas na NBC T 10, que trata dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, destacando-se para o terceiro setor:

- NBC T 10.4 - Fundações
- NBC T 10.18 - Entidades Sindicais e Associações de Classe
- NBC T 10.19 - Entidades Sem Finalidade de Lucro
- NBC T 10.16 - Entidades que recebem subvenções, contribuições, auxílios e doações.
- NBC T 19.4 - Incentivos Fiscais, Subvenções, Contribuições, Auxílios e Doações Governamentais.

Observamos que, a NBC T 10.4 e a 10.18, completam a NBC T 10.19 porém é direcionada somente a algumas entidades do terceiro setor, enquanto a NBC T 10.19 tem uma abrangência maior, pois ela estabelece critérios e procedimentos às entidades sem finalidade de lucro.

Mesmo com essas normas técnicas pronunciadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), recentemente, muitas entidades utilizam dos moldes usados pelas empresas privadas. Tratando deste mesmo assunto, ANDRADE (1991) citado por OLAK e NASCIMENTO (2010):

ênfatisa que estas entidades “frequentemente não estão submetidas a normas governamentais, tão comuns na área da contabilidade, e os contadores que com elas se envolvem acabam por não saber quais os critérios mais adequados para a confecção do registro contábil das operações destas entidades”. Se, por um lado, não há critérios tão rigorosos de contabilização e divulgação das demonstrações contábeis a que estamos tão acostumados no contexto empresarial, por outro, as entidades sem fins lucrativos tem, então, plena liberdade de fazer prevalecer os princípios emanados da teoria da contabilidade, em sua forma plena. (p.53)

Posto os temas do terceiro setor no Brasil o próximo tópico da pesquisa vai tratar das principais fontes de recursos utilizados pelos mesmos.

3. PATRIMÔNIO SOCIAL

Para entendermos melhor o que vem a ser patrimônio social faremos uma comparação com o patrimônio líquido de uma empresa com fins lucrativos, que retém seus recursos objetivando sempre o lucro, enquanto no patrimônio social esses mesmos valores existem na organização, porém adquiridos de outra forma e com finalidades completamente diferentes. São adquiridos através de contribuições, doações e subvenções, onde o contribuinte tem o

objetivo de gerar ações sociais à população e não para seu próprio benefício, e até mesmo para a manutenção da entidade.

3.1. FONTES DE RECURSOS NA FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Quem deseja colaborar com uma entidade do terceiro setor o faz através de doações (dinheiro, materiais, etc.), contribuições, subvenções, receitas de aplicações financeiras (investimentos), receita de capital, receita de venda de produtos, mercadorias e serviços.

O termo contribuição, de acordo com SILVA, citado por OLAK e NASCIMENTO (2010):

Deriva do latim *contributio*, de *contribuere* (dar para o monte, fornecer sua parte), e, na terminologia legal, não possui sentido diverso daquele que lhe vem do latim: entende-se a parte que se atribui a uma pessoa ou a participação que deve ter para a formação de qualquer acervo cumprimento de qualquer obrigação. A contribuição, em sentido comum, pode ser voluntária. A pessoa contribui com a sua parte, porque espontaneamente quer. (p.27)

Destacam-se as subvenções por ser a maior fonte de receita para muitas dessas entidades segundo NUNES citado por JEREMIAS e BEUREN (2011, p.5) subvenção é: “abono de determinada soma de dinheiro concedido, periodicamente, pela Administração ou Governo, para a manutenção de instituição beneficente, ou estabelecimento, serviço, ou obra de caráter privado e utilidade ou interesse público, regularmente organizada.”

Existem dois tipos de subvenções: as ordinárias, onde são recebidas ordinariamente e destinadas às despesas de manutenção e conservação da entidade; e as extraordinárias, onde são recebidas esporadicamente para atender projetos específicos da mesma.

Porém a falta de transparência das entidades do terceiro setor causa um impacto negativo aos doadores, seja quem for (governo, empresas privadas, pessoas físicas), pois causa certa desconfiança do destino de suas doações e/ou subvenções, sujeitando muitos que gostariam de ajudar a não se arrisquem.

De acordo com SALOMON citado por ASSIS; MELLO e SLOMSKI (2006, p.5): “[...] as entidades sem fins lucrativos, tem sido submetidas a sérias (graves) contestações sobre seus resultados, não somente pelo número recente de escândalos, mas também pelo crescimento das dúvidas sobre sua eficiência e eficácia.”

Por isso se torna tão importante à prestação de contas à sociedade, e existe um termo para isso chamado *accountability*.

3.2. ACCOUNTABILITY

NAKAGAWA citado por ASSIS; MELLO e SLOMSKI (2006, p.6): “define o termo *accountability* como sendo a obrigação de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poderes.”

Para uma entidade sem finalidade lucrativa, a transparência se torna algo determinante para sua sobrevivência, é necessário que estas entidades prestem contas dos seus atos aos investidores sociais. De acordo com GLAESER citado por ASSIS; MELLO e SLOMSKI (2006):

[...] a transparência e a prestação de contas tornaram-se elementos essenciais para contribuir com a própria sobrevivência das entidades, uma vez que estão inseridas num ambiente competitivo por recursos

financeiros e não-financeiros e aquelas que melhor atenderem às necessidades dos doadores por informações, terão maior probabilidade de captação desses recursos. (p.6)

A falta de transparência nas entidades pode causar problemas em sua continuidade, devida à escassez de recursos. Muitas pessoas desconfiam, pois infelizmente vários escândalos já fizeram parte dos noticiários televisivos, entre outros meios de comunicação.

VILANOVA citado por ASSIS; MELLO e SLOMSKI (2006, p.5) comenta que: “Observa-se no Brasil a multiplicação de organizações do terceiro setor. Algumas apresentam objetivos duvidosos ao praticarem abusos e fraudes [...]”, e esta se torna o grande dificultador no processo de arrecadação de recursos.”

Para ganhar credibilidade diante da população e seus principais doadores, uma entidade do terceiro setor, necessita prestar contas através de relatórios de administração, segundo OLAK e NASCIMENTO (2010):

Esses relatórios são, normalmente, compostos por elementos que indicam aspectos históricos da instituição, missão e os objetivos, dados estatísticos, evolução, atividades desenvolvidas no período, principais administradores, descrição e convênios, parcerias e contratos, pessoas atendidas, planejamento para a gestão do período seguinte e etc. Também integram esses relatórios algumas demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas, além do parecer de auditores independentes. (p.23)

Auditoria independente sem dúvida é um grande fator que contribui positivamente nessas entidades, agregando para a transparência e aumentando ainda mais a credibilidade.

Posto os conceitos sobre o patrimônio social o próximo tópico vai tratar da contabilidade no terceiro setor.

4 CONTABILIDADE E TERCEIRO SETOR

De acordo com FRANCO citado por NEVES JR. e LINS (2006):

A função da contabilidade é controlar os fenômenos ocorridos no patrimônio de uma entidade, por meio de registro, da classificação, da demonstração expositiva, da análise e interpretação dos fatos neles ocorridos, objetivando fornecer informações e orientações necessárias à tomada de decisões sobre sua composição e variações, bem como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial. (p. 2)

Para entender a importância da contabilidade no terceiro setor, se faz necessário entender um pouco sobre os objetivos e metodologia utilizados na contabilidade de uma forma geral.

De acordo com FRANÇA citado por NEVES JR. e LINS (2006):

Geralmente gestores das organizações sem fins lucrativos não apresentam as habilidades necessárias para interpretar informações contábeis. Ainda segundo o autor as demonstrações contábeis para as entidades de interesse social devem: fornecer informações de forma regular e tempestiva; possibilitar o acesso do usuário as informações objetivadas; apresentar ao usuário uma apreciação das transações

realizadas durante o exercício social das entidades de interesse social, bem como uma posição contábil ao final do ano. (p.4)

Podemos perceber que independente da classificação das entidades, seja ela com ou sem fins lucrativos a contabilidade se faz presente, registrando as movimentações e acompanhando essas movimentações no patrimônio das entidades. Transformando esse acompanhamento em informações úteis à tomada de decisão e da continuidade dos serviços prestados.

Segundo NEVES e VICECONTI citado por NEVES JR. e LINS (2006, p.3): “[...] toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidade não lucrativa, ou mesmo de patrimônio familiar”.

A contabilidade serve de apoio para as entidades ajudando a auxiliar nas decisões e na transparência, fornecendo informações e dando credibilidade à mesma para todos os interessados, sendo eles investidores, beneficiados, doadores, colaboradores e até pessoas que não tem vínculo com a entidade, pois qualquer pessoa tem o direito de analisar as demonstrações de uma entidade do terceiro setor, sendo assim fundamental o papel da contabilidade nas entidades do terceiro setor.

Essa transparência necessária para as entidades do terceiro setor de onde vêm os recursos e de onde e como são aplicados é defendida por ASSIS; MELLO e SLOMSKI (2006, p.6): “Deve mostrar claramente pra os doadores e para a sociedade não apenas de onde vieram os recursos, mais também, como o dinheiro foi aplicado, qual o benefício social gerado e que práticas podem ser multiplicadas”.

Apesar de estar bem claro que a transparência é essencial para o sucesso das organizações do terceiro setor existe uma dificuldade em mostrar à sociedade os resultados que as mesmas produzem através das suas ações, prejudicando a entrada e o aumento desses mesmos recursos.

4.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO TERCEIRO SETOR

As entidades do terceiro setor devem demonstrar suas variações contábeis de acordo com a mesma composição e estrutura apresentada na Lei N. ° 6.404/76, porem se orientando através das adaptações feitas nas Normas Brasileiras de Contabilidade citadas anteriormente.

A NBC T 3 regulamentadas pela Resolução CFC N. ° 686/90 tem por função determinar o conceito, conteúdo, estrutura e nomenclatura das demonstrações contábeis e divulgada pela NBC T 6 em 1991, e para as entidades do terceiro setor segundo a NBC T 10.19.3.1 diz que as mesmas devem seguir esse padrão estipulado pela NBC T 3 , ocorrendo apenas algumas alterações na nomenclatura das contas.

O Balanço Patrimonial demonstra a situação financeira e patrimonial de uma entidade, independente de sua finalidade, se tornando indispensável. Percebe-se que na NBC T 10.19 através do item 10.19.3.2 nas Entidades do Terceiro Setor existe a mudança da conta Capital para Patrimônio Social, identificando que o dinheiro que entra não pertence ao fundador e sim a sociedade com um todo.

De acordo com OLAK e NASCIMENTO citado por NETO (2007):

a avaliação dos valores de saída só deve ocorrer em casos de venda, ordenada, ou não de ativos, pelo valor líquido de realização; as doações ativas de matérias e outros bens permanentes devem ser avaliada a preço de mercado à data do recebimento, por peritos

legalmente habilitados; o custo histórico de aquisição ou construção de ser corrigido, quando for o caso, pelas variações do poder aquisitivo da moeda; deve-se reconhecer a depreciação dos bens sujeitos ao desgaste físico por uso, ação da natureza ou ainda, por obsolescência, de acordo com a estimativa de sua vida útil e econômica; havendo significativas distorções entre o custo histórico corrigido e o custo de mercado, deve-se proceder a uma reavaliação do patrimônio (total ou parcial) nos mesmos moldes recomendados para as empresas, mediante laudo; independentemente do critério de avaliação utilizado, esse ser divulgado em notas explicativas às demonstrações contábeis. (p.79)

Através das demonstrações do superávit ou déficit podemos verificar as informações dos custos e das despesas ocorridas durante o período conferido, dando condições de analisarmos se a entidade em questão esta conseguindo realizar suas propostas.

A demonstração das mutações do patrimônio social existe para acrescentar informações na demonstração do superávit ou déficit, tendo como objetivo mostrar como os saldos das contas do patrimônio social mudam dentro de um determinado período.

A demonstração das origens e aplicações de recursos serve para explicar as mudanças de um período para outro, com termos claros para qualquer leitor, seja ele um doador, um voluntário, um beneficiado, entre outros, possa entender perfeitamente as demonstrações, havendo assim uma transparência pela entidade do terceiro setor perante os interessados. De acordo com a NBC T 10.19.3.3 as demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas.

Com esse estudo podemos perceber como são importantes para as organizações do terceiro setor as demonstrações financeiras, como elas podem auxiliar nas decisões, ajudar no aumento da confiabilidade entre todos envolvidos, dando transparência e credibilidade às mesmas, vimos que não é tão simples compararmos as atividades contábeis de uma empresa com fins lucrativos de uma empresa sem fins lucrativos, pois existem diferenças e particularidades para cada uma delas, dando assim certa liberdade para os contadores porem com normas importantes a serem seguidas e consideradas.

5. ESTUDO DE CASO

Foram feitas duas entrevistas para a realização do estudo de caso, uma com o Centro Cultural Fundação CSN e outra com o Instituto EDUCA Mata Atlântica. Foram realizadas as mesmas perguntas buscando analisar as diferenças entre uma organização sem fins lucrativos que não tem uma empresa privada responsável pela contabilidade e outra que realiza a própria contabilização.

5.1. HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO CSN

De acordo com o site² da Fundação CSN, a mesma foi instituída pela CSN na cidade de Congonhas (MG), em 20 de abril de 1961, a então Fundação General Edmundo de Macedo Soares e Silva (FUGEMSS) tinha como objetivo expandir e aperfeiçoar o Ensino Técnico naquela região.

No final de 1990, com a diversificação de seus objetivos, a sede da Fundação foi transferida para Volta Redonda, no Rio de Janeiro, para atuar também nos segmentos de assistência à saúde, esporte, recreação, cultura e formação técnica do 2º Grau. Em 16 de abril

² <http://www.fundacaocsn.org.br>, acesso 10/04/12, hs: 22:32

de 1998, a Fundação Macedo Soares teve sua denominação alterada para Fundação CSN Para o Desenvolvimento Social e a Construção da Cidadania.

As unidades que integram hoje a Fundação CSN têm suas histórias ligadas à Educação, ao Esporte, à Cultura e à Comunidade, além do desenvolvimento das regiões onde a CSN atua. A Fundação tem duas unidades de Educação: a ETPC, criada em Volta Redonda há 65 anos, e o CET, também inaugurado em Congonhas em 1961.

Volta Redonda hoje também é sede do seu Centro Cultural, do clube Recreio e do Hotel-Escola Bela Vista. A criação do Recreio, complexo de lazer da Fundação CSN, data de 5 de setembro de 1951. Já o Bela Vista foi construído a partir de 1941, para dar suporte à obra de construção da CSN quando, em 2005, foi então transformado em Hotel-Escola.

A Fundação CSN Para o Desenvolvimento Social e a Construção da Cidadania é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, cujo objetivo é a realização de atividades de interesse social, nas áreas de educação, assistência social, cultura, saúde, meio ambiente, esporte e lazer em geral.

O Centro Cultural tem como objetivos a formação, a difusão e a valorização da cultura, com a promoção de seminários, oficinas, workshops, palestras, exposições, recitais e concertos voltados para a comunidade em geral.

O Centro Cultural atende diretamente, e de forma sistemática, a mais de oito mil pessoas por ano entre professores, alunos e demais profissionais. Registra ainda mais de 400 mil beneficiados, indiretamente, por seus produtos culturais: exposições, teatro, musicais, concertos e apresentações em geral.

A Fundação CSN também desenvolve projetos comunitários nas áreas carentes de Volta Redonda e Itaguaí (RJ), Congonhas e Arcos (MG) e Araucária (PR) e em Mogi das Cruzes (SP).

5.2. HISTÓRICO DO INSTITUTO EDUCA MATA ATLÂNTICA

De acordo com material fornecido pela ONG, o Instituto de Educação e Comunicação Ambiental da Mata Atlântica é uma ONG sem fins lucrativos, políticos, religiosos e sem vínculos partidários, tendo como seus principais objetivos o de contribuir para a proteção e recuperação da Mata Atlântica na Bacia do Rio Paraíba do Sul seja através da formação de orientadores e palestrantes ambientais, da produção de mudas nativas ou da profissionalização de mão de obra local para a tarefa de plantar florestas.

Suas ações de educação e sensibilização visam minimizar as ameaças sobre as nascentes e matas ciliares existentes, envolvendo a sociedade para a proteção e conservação dos recursos hídricos.

Sendo que, com a adesão da Volkswagen Ônibus e Caminhões, Banco Bradesco e a Prefeitura Municipal de Resende ao programa Florestas do Futuro, da Fundação SOS Mata Atlântica, foram parceiros fundamentais para concretizar a implantação do primeiro Viveiro Comunitário da Fundação SOS Mata Atlântica.

O Instituto EDUCA Mata Atlântica iniciou os seus trabalhos para dar suporte institucional na implantação do programa Florestas do Futuro na região bem como a gestão administrativa do viveiro que tem capacidade de produção de 800 mil mudas nativas por ano.

O trabalho do Instituto EDUCA Mata Atlântica se estende por várias cidades da região Sul Fluminense e metropolitana do Rio de Janeiro, gerando empregos, dignidade, profissionalização, renda, conscientização e promovendo a recuperação de um dos biomas mais ameaçados do planeta: a Mata Atlântica.

5.3. ANÁLISE DA FUNDAÇÃO CSN

Na entrevista realizada com a Maria Carolina Wiziack – Coordenadora de Comunicação, foram abordados temas referentes à administração do Centro Cultural Fundação CSN. A gerência do Centro Cultural Fundação CSN divide-se em Gerente de Projetos, Supervisor de Projetos, Coordenação do Centro Cultural, Coordenador de Artes Visuais, Coordenadora de Música, Coordenadora de Teatro.

O Centro Cultural Fundação CSN representa um local que possibilita o acesso livre a diversas atividades culturais, a razão de ser é a preocupação com as pessoas e a procura pelo desenvolvimento de projetos voltados para as crianças e os adolescentes. Buscando estimular a transformação social plena e consciente, contribuindo para a democratização do acesso aos meios culturais.

De acordo com a Maria Carolina os recursos são captados através de Leis de Incentivo Fiscal. Esses recursos materiais são controlados por uma pessoa específica responsável por essa função. O controle financeiro é realizado pelo sistema SIGA.

Quando foi perguntado se a Fundação trabalha com contador terceirizado ou voluntário, foi explicado que essa atividade é desenvolvida por uma equipe interna da Fundação CSN que atende a todas as unidades da Fundação.

Quando questionada sobre os serviços voluntariados, foi esclarecido que todos que prestam serviço para a Fundação CSN são assalariados e que o pagamento é realizado pela Fundação CSN.

Como já foi explicada anteriormente, a contabilidade é realizada pela própria Fundação, e ao ser questionada se havia um acompanhamento dos dados contábeis foi enfatizado que eles trabalham com o sistema SIGA, tendo o acesso direto as informações dando condições para fazer o controle mensalmente.

O Centro Cultural abriga os projetos incentivados realizados pela Fundação CSN, sendo assim, a captação de recursos acontece também, através dos projetos e por recursos próprios da Fundação, para ambos são realizados relatórios, planos de ação, planejamento orçamentário entre outros.

A administração contábil é estritamente necessária para que se tenha uma gestão que abrangem todos os interesses da Fundação, sendo assim utilizada a contabilidade para fins gerencias.

O Centro Cultural Fundação CSN disponibiliza o balancete que é publicado no site da CSN dentro do relatório anual.

Maria Carolina afirma que não encontram dificuldades administrativas para realizarem os serviços prestados e que a Fundação CSN passa por uma auditora em todas as unidades, inclusive no Centro Cultural.

5.4. ANÁLISE DO EDUCA MATA ATLÂNTICA

Na entrevista realizada com a Rita Souza – Diretora da ONG foi abordados temas referentes à administração do Instituto EDUCA Mata Atlântica.

A gestão da ONG é dividida em 3 partes: a Diretoria, a Secretaria e o Conselho Fiscal. Segundo Rita Souza: “são divididos em cabeça, coração e membros”, respectivamente. Onde a Diretoria é responsável pela administração da ONG, que faz a contratação do pessoal, realiza os pagamentos, realiza/avalia contrato de empresa, responsável pelos planos de ações, relatórios entre outras obrigações. A Secretaria é responsável pelo funcionamento do Instituto EDUCA Mata Atlântica que se subdivide em 3 núcleos: o de E.A. (educação ambiental), o de

Reflorestamento e o de Licenciamento. O Conselho Fiscal em verdade é o controle oficial da ONG que fiscaliza as ações da mesma através de suas realizações e relatórios, utilizando também das informações contábeis.

A ONG representa uma esperança de qualidade de vida para a população em geral, incentivando ações de conservação e manejo de solos e água de forma complementar a recuperação da mata atlântica.

Quando questionada sobre como é feito o controle dos recursos utilizados pela EDUCA Mata Atlântica, foi explicado que a diretoria é responsável por todas as prestações de contas.

A captação dos recursos utilizados pela OGN é feita através de prestação de serviço, ou seja, são elaborados projetos destinados a órgãos específicos, como o Fundo Nacional do Meio Ambiente, a Petrobrás, a Natura, a Fundação Bradesco, a Fundação SOS Mata Atlântica entre outras.

Porém o fato do Instituto adquirir os recursos financeiros de uma única forma delimita a ONG a cumprir com seus objetivos apenas quando é aprovado um projeto, atrapalhando o seguimento foco do Instituto, que é a restauração florestal.

Na entrevista a diretora Rita Souza explicou que a contabilidade é terceirizada, e que é utilizada pela ONG apenas para fins legais. E afirma que a contabilidade não tem fins gerenciais.

Em relação aos serviços voluntariados foi explicado que todos os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal são necessariamente voluntários, porém, que existe uma ajuda de custo a Diretoria de entidades terceirizadas, onde esse núcleo é fixo por 2 anos, e que é feita uma votação para reeleger os membros, e que todos os funcionários relacionados à Secretaria tem um vínculo empregatício normal através de contratos de 8 meses no máximo, podendo ser renovado ou não, pois eles trabalham através de projetos aprovados.

Rita Souza afirma que é feita anualmente uma auditoria do Conselho Fiscal, e que nunca sofreu auditoria externa.

De acordo com Rita Souza acontece sim um acompanhamento dos procedimentos contábeis, porem não existe um conhecimento aprofundado sobre o assunto.

Segundo Rita Souza, todo inicio de ano é realizado um plano de trabalho, com as metas da ONG, pois a cada final de ano é feita uma avaliação do desempenho da mesma.

Rita Souza enfatiza que não encontra dificuldades administrativas na realização de suas obrigações, e que a falta de conhecimento contábil não atrapalha na realização e organização das tarefas realizadas pelo Instituto EDUCA Mata Atlântica.

Quando questionada sobre a transparência oferecida pela EDUCA Mata Atlântica, Rita Souza foi bem especifica em sua resposta “a transparência é comprovada através das áreas florestadas”.

5.5. DIAGNÓSTICO

Verifica-se que existe um sistema utilizado pela Fundação CSN que supre as necessidades dos mesmos, denominado SIGA, possibilitando o acompanhamento de todos os fatos ocorridos na Fundação, os recursos são captados através de Leis de Incentivo Fiscal, projetos e recursos próprios da Fundação.

Verifica-se que no Instituto EDUCA Mata Atlântica existe uma hierarquia bem definida para que o seguimento da ONG funcione adequadamente. Vimos também que a administração

funciona independente do conhecimento específico e que a contabilidade é uma ferramenta utilizada para que a ONG funcione dentro dos parâmetros da Lei sem utilidade gerencial, ao contrário do que acontece com a Fundação CSN, onde a contabilidade é privada e utilizada para fins gerenciais.

5.6. PROPOSIÇÕES

A Fundação CSN demonstrou ser uma entidade bem organizada e satisfeita com o sistema que utiliza para realizar sua administração, sugere-se então que a Fundação tenha um olhar mais crítico em relação aos sistemas oferecidos no mercado; que as demonstrações contábeis sejam publicadas diretamente no site da Fundação para o acesso mais prático da população em geral.

No caso do Instituto, recomenda-se que a contabilidade sirva para fins gerenciais, no apoio de tomada nas decisões e não somente para fins formais. Ressaltamos ainda que deve existir uma maneira mais adequada para o fornecimento de transparência a população em geral, à exemplo da criação de um site que possa fornecer informações sobre a ONG, como, o balanço, o balancete, e também seus feitos e propostas. Propõe-se que avaliem e procurem outras formas de arrecadação de recursos, para melhor desempenhar suas tarefas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa monografia teve como objetivo principal obter conhecimento na área administrativa contábil das entidades do terceiro setor, e para isso foram determinadas metas para tal conhecimento. Foram realizadas pesquisas bibliográficas, e dois estudos de caso: no Centro Cultural Fundação CSN, e no Instituto EDUCA Mata Atlântica para compreender como é feito suas contabilidades e quais são as dificuldades.

Podemos identificar que o terceiro setor se faz presente no Brasil desde quando ainda era um Império, e que segundo pesquisas realizadas, nos últimos tempos que foi se tornando grande e reconhecido, seja pelo Estado, ou população em geral.

O terceiro setor precisou existir a partir do momento em que se fez necessário ajudar a quem tem necessidades, onde nem o mercado ou o governo podem alcançar, por isso a definição de entidades sem finalidade lucrativa.

De acordo com a problemática apresentada, onde se questiona se a falta de conhecimento na administração contábil pode inviabilizar serviços prestados pelas entidades do terceiro setor, podemos identificar alguns problemas administrativos que prejudicam essas entidades como a falta de transparência, e a liberdade dos contadores na hora de fazerem os lançamentos contábeis de forma igualitária às entidades do segundo setor.

Em seguimento dos estudos de caso, percebe-se que no Centro Cultural Fundação CSN, a administração contábil tem formato gerencial e no Instituto EDUCA Mata Atlântica a contabilidade é apenas para fins fiscais. Houve certa dificuldade em abordar temas que geram dificuldades administrativas na Fundação CSN, pois ela alegou que o sistema utilizado para realizar os procedimentos contábeis e administrativos supre essas necessidades. Contudo no Instituto EDUCA Mata Atlântica percebemos que se as informações geradas pela contabilidade fossem utilizadas para fins gerenciais, seus objetivos teriam maiores proporções.

Entende-se então que a falta de conhecimento contábil pode sim inviabilizar serviços prestados, pois a gestão contábil pode proporcionar informações úteis na organização da mesma, para planejamentos futuros e tomada de decisões.

Como contribuição para futuras pesquisas a partir de informações levantada sobre o tema sugere-se que busquem informações em entidades do terceiro setor de menor porte e de

preferência que não tenham os serviços contábeis terceirizados a fim de saber qual a real dificuldade em realizar a administração nessas entidades.

APÊNDICE

ENTREVISTA DIRECIONADA AO CENTRO CULTURAL FUNDAÇÃO CSN E AO INSTITUTO EDUCA MATA ATLÂNTICA

1. Como é feita a gestão do Centro Cultural Fundação CSN/Instituto EDUCA Mata Atlântica?
2. O que o Centro Cultural Fundação CSN/Instituto EDUCA Mata Atlântica representa para a população em geral,?
3. Como é o controle dos recursos materiais e financeiros, utilizados pelo Centro Cultural Fundação CSN/Instituto EDUCA Mata Atlântica?
4. Como são captados os recursos utilizados pelo Centro Cultural Fundação CSN/Instituto EDUCA Mata Atlântica?
5. O Centro Cultural Fundação CSN/Instituto EDUCA Mata Atlântica tem contador terceirizado, ou voluntário?
6. Todos que trabalham no Centro Cultural Fundação CSN/Instituto EDUCA Mata Atlântica são voluntários? Se não, o pagamento é feito com o dinheiro arrecadado pela Fundação?
7. Você sabe como é feita a contabilidade do Centro Cultural Fundação CSN/Instituto EDUCA Mata Atlântica, vocês acompanham os dados fornecidos pela contabilidade, recebem relatórios enviados pela mesma?
8. O próprio Centro Cultural Fundação CSN/Instituto EDUCA Mata Atlântica realiza relatórios, planos de ação para captação de recursos?
9. A contabilidade é feita para fins gerenciais?
10. Como é feita a transparência oferecida pelo Centro Cultural Fundação CSN/Instituto EDUCA Mata Atlântica aos usuários?
11. Existem dificuldades encontradas na área administrativa pelo Centro Cultural Fundação CSN/Instituto EDUCA Mata Atlântica na realização de suas tarefas?
12. O Centro Cultural Fundação CSN/Instituto EDUCA Mata Atlântica recebe auditoria contábil?

8. REFERÊNCIAS

ASSIS, M.S.; MELLO, G.R.; SLOMSKI, V. Transparência nas Entidades do Terceiro Setor. A Demonstração do Resultado Econômico como Instrumento de Mensuração de Desempenho. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos32006/149.pdf> Acesso em: 17/05/11, hs: 23:32

JEREMIAS, C.; BEUREN, I.M. Contabilização dos recursos econômico-financeiros em entidades sem fins lucrativos não governamentais. Universidade Federal De Santa Catarina. Disponível em: www.milenio.com.br/siqueira/Trab.160.doc Acesso 17/05/11, hs: 23:12

NETO, C.C. A formação e evidenciação do resultado contábil em entidade do terceiro setor: o caso de uma região administrativa da maçonaria em um estado nordestino. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/3212/1/2007_CiceroCaldasNeto.PDF Acesso 09/02/12, hs: 10:45

NEVES JR, I. J.; LINS, A. A contribuição do contador para a gestão das empresas do terceiro setor – uma pesquisa de campo no Distrito Federal. Disponível em: <http://200.169.97.104/seer/index.php/RBGN/article/viewFile/71/65> Acesso 18/05/11, hs: 00:07

OLAK, P.A.; NASCIMENTO, D. T. Contabilidade para entidades sem fins lucrativos: **terceiro setor**. 3 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

ROTHGIESSER, T. L. A Sociedade Civil e o Terceiro Setor. Disponível em: http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/associacoes/terceiro_setor.htm Acesso 19/03/12, hs: 18:30



FUNDAÇÃO CSN. A Fundação. Disponível em: <http://www.fundacaocsn.org.br>. Acesso 10/04/12, hs: 22:32